PROJETO DE LEI Nº , DE 2005
(Do Sr. SANDES JUNIOR)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o arquivamento de auto de infração.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do inciso II do parágrafo único do art. 281 da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o arquivamento do auto de infração na hipótese de o proprietário não ser notificado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da ocorrência da infração.

Art. 2º O inciso II do parágrafo único do art. 281 do Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 281.

Parágrafo único.

II - Se, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da ocorrência da infração de trânsito, o proprietário do veículo não for legalmente notificado.(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a entrada em vigor do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) temos observado, por meio de dados estatísticos e notícias veiculadas pela imprensa em geral, que o motorista brasileiro está mais precavido na hora de conduzir o seu veículo pelas vias urbanas ou rodovias. Isso ocorre face às normas mais severas, que imputam multas com valores expressivos aos infratores de trânsito, os quais podem ser, até mesmo, enquadrados em crime de trânsito.

Por outro lado, observamos que o CTB também estabelece obrigações para o Poder Público responsável pela gestão do trânsito, objetivando resgatar a importância da probidade administrativa. Com isso, pretende-se evitar que sejam perpetrados desmandos, geralmente em detrimento do motorista, como notificações de infrações inexistentes e, até mesmo, a demora no encaminhamento da notificação de trânsito que, às vezes, podem demorar até 120 dias chegar à residência do proprietário.

Em uma análise sobre o tema, constatamos que o art. 281 do Código de Trânsito Brasileiro versa sobre o julgamento da autoridade de trânsito acerca da consistência do auto de infração, ou seja, se o mesmo está correto ou não, para que se possa aplicar a penalidade cabível. O parágrafo único do referido dispositivo determina que o auto de infração deve ser arquivado caso a autoridade de trânsito venha a julgá-lo inconsistente ou irregular, ou ainda se no prazo máximo de trinta dias não for expedida a notificação da autuação.

Assim, se a autuação estiver revestida de vícios, estes poderão ser identificados pela autoridade de trânsito, por ocasião do exame do auto de infração, antes de encaminhar a notificação ao proprietário do veículo. Entretanto, não se pode ignorar a possibilidade de a autuação ser expedida mas não chegar ao destino, isto é, não chegar às mãos do proprietário. Dessa forma, sugerimos que, se no prazo máximo de trinta dias a contar da data da ocorrência da infração de trânsito, o proprietário do veículo não for legalmente notificado, o auto de infração deve ser arquivado.

Com esta alteração, entendemos que se fará justiça, evitando que os proprietários de veículos venham a ser notificados sobre o cometimento de infrações muito tempo depois da ocorrência. Deve-se ter em mente que o atraso pode prejudicar a interposição de recurso, visto que, passados alguns meses, o proprietário pode não se lembrar de detalhes circunstanciais importantes para sua defesa, se for o caso.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2005.

Deputado SANDES JUNIOR